



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **IDENTIDADES SEXUAIS: OS DESAFIOS DE UM POSICIONAMENTO POLÍTICO**

Roberto Vinicio Souza da Silva, Rosemary Meneses dos Santos

Programador; acadêmico de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Membro do Projeto Violência nas Escolas – PROVE/ UESPI e do Núcleo de Estudo e Pesquisas em Juventudes – NEPJUV/ UFPI:

E-mail: [robertoviniociusphb@hotmail.com](mailto:robertoviniociusphb@hotmail.com);

Graduada em Pedagogia, especialista em Libras, professora de UESPI e UFPI. Email: [rosemaryphb@hotmail.com](mailto:rosemaryphb@hotmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho questiona os dilemas que enfrentam os sujeitos ao expressarem politicamente afincos as diversas expressões que constituem a identidade sexual, o espaço onde isto é percebido é a escola, então é trilhando inúmeras reflexões e problematizações a partir da representatividade e heteronormatividade que reverberam entre os indivíduos no ambiente mencionado. Para isso, se estabeleceu como objetivo geral: Analisar as diversas manifestações da sexualidade na educação formal. Enquanto que os específicos são: Conceituar a terminologia identidade, sobretudo na perspectiva dos educandos e compreender a cultura escolar como mediadora das discussões no âmbito da orientação sexual, identificar a violência contra os transgressores da heterossexualidade. Para fomentar as discussões teóricas utilizou-se autores como: Candau (2008), Freire (2011), Hall (2000), Laraia (2002), Loiola (2009), Lopes (2003), Junqueira (2009), entre outros. Além desse método, se fez necessário uma pesquisa de campo com expressão qualitativa, esta proposta utilizou como estratégia para a coleta de dados um questionário, este foi direcionado à 05 educandos do 3º ano no do ensino médio no turno da tarde de uma escola da rede pública de ensino na cidade de Parnaíba – PI com a finalidade de perceber os possíveis dilemas que reverberam ao dialogaram a coma diversidade cotidianamente pelo espaço escolar. Por fim, com esta proposta de investigação foi possível repensar os dilemas que reverberam dentro da escola no contexto das diversas expressões que fomentam um posicionamento político no que tange a diversidade sexual como identidade, além disso, foi possível perceber o preconceito e a discriminação dos sujeitos que vivem a sexualidade diferente da heterossexualidade, com isso, se abriu possibilidade para se pensar em uma educação que privilegie a igualdade e a cidadania.

**PALAVRAS – CHAVE:** Educação Emancipatória, Sexualidade, Prática Docente



## INTRODUÇÃO

Muitas vezes, dentro da escola as questões sobre sexualidade se configuram como sendo natural e individual, apesar disso, é possível constatar que a repressão e a punição são fatores típicos ao se elucidar expressões verbais e corporais que contornam a sexualidade dentro do espaço escolar. Para Candau (2008), Na sala de aula, entram-se corpos que não têm desejo, que não pensam em sexo ou que são especialmente dessexualizados para adentrar a este recinto, é como se o corpo e a mente existissem isoladamente um do outro.

Imersos nesta concepção, é como se os alunos não sentissem necessidade de conhecer as transformações que seus corpos passam, sobretudo no período da adolescência. Muitas são as possibilidades e estratégias sobre a qual os indivíduos podem estabelecer contato com a sexualidade, a educação sexual perpassa, sobretudo os eixos da mídia, da família, dos grupos, movimentos e instituições sociais. Embora, seja legitimado a invisibilidade.

Essa invisibilidade só não acontece com homossexuais, esses ao adentrarem o espaço escolar despertam o olhar dos demais é como se apenas esses personagens tivessem sexualidade, além disso, são ridicularizados e marginalizados por romperem com a normativa heterossexual é claro nesta lógica existe exceções. Em virtude disso, esta proposta pretende enquanto objetivo geral: Analisar as diversas manifestações da sexualidade na educação formal. Enquanto que os específicos são: Conceituar a terminologia identidade, sobretudo na perspectiva dos educandos e compreender a cultura escolar como mediadora das discussões no âmbito da orientação sexual, identificar a violência contra os transgressores da heterossexualidade.

O percurso metodológico deste estudo contemplou a pesquisa de campo com expressão quantitativa, direcionada aos educandos de duas escolas públicas na cidade de Parnaíba – PI. Na análise se percebeu alguns contextos limítrofes desta técnica de pesquisa, contudo, foi possível repensar os dilemas da sexualidade: normativa e transgressão de fronteiras no contexto da sexualidade na escola.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa delinear novos olhares no que diz respeito a tolerância, igualdade e respeito a todos os indivíduos e a partir disso, desmistificar questões que são naturalizadas, discutidas e reproduzidas no contexto da escola. Que principalmente os educadores possam entender a relevância da discussão da sexualidade em sala de aula.





## METODOLOGIA

O percurso metodológico deste trabalho busca contemplar a estratégia bibliográfica, para isso, utiliza os autores como: Candau (2008), Freire (2011), Hall (2000), Laraia (2002), entre outros. Além disso, se fez necessário uma pesquisa de campo com a estratégia qualitativa, o método desta investigação é dedutivo, para isso foi utilizado a técnica do questionário, este foi direcionado aos educandos do 3º ano do ensino médio do turno da tarde de uma escola da rede estadual de Ensino Médio na cidade de Parnaíba - PI, tendo como colaboradores discentes do turno tarde da referida instituição.

A escola ao tomar ciência da pesquisa no direcionou a uma turma nesta pedimos a participação e de forma livre e auto sugestiva dos educandos, então só participou do questionário quem efetivamente quem se sentiu a vontade. Com o intuito de preservar a identidade dos participantes será utilizado nomes fictícios, por isso, os discentes são identificados por **D1**, **D2**, **D3** e **D4** e **D5**. O questionário aplicado aos colaboradores, continha 10 perguntas mistas que contemplam questões sobre a sexualidade e Gênero, contudo foi escolhida apenas 02 para esta proposta por acreditar se manterem fieis aos objetivos estabelecidos a esta investigação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Então foi perguntado: o que é identidade sexual?

**D1:** É como a pessoa se identifica com relação ao seu sexo.

**D2:** Sinceramente não sei ao certo, por que eu acho que é um monte de coisa junto, daí não sei de forma específica.

**D3:** É opinião, gênero sexual da pessoa.

**D4:** É ter um gosto por uma determinada gênero sexual definido.

**D5:** É o gênero sexual com que os indivíduos se relacionam.

Todos os educandos apresentam –se muito confusos, isto fica evidente sobretudo, como elucidado por **D2**, como proposto por este sujeito a identidade é compreendida um monte de coisa junto, esta relacionado com as múltiplas facetas que compõe os indivíduos, no processo de identificação.



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

A ideia de uma identidade sexual é uma ideia ambígua... É um conceito absolutamente fundamental, oferecendo um sentimento de unidade pessoal, de localização social e até mesmo de comprometimento político. Não são muitas as pessoas que podemos ouvir afirmando “eu sou heterossexual”, porque esse é o grande pressuposto. Mas dizer “eu sou gay” ou “eu sou lésbica” significa fazer uma declaração sobre pertencimento, significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes... As identidades, entretanto, podem ser escolhidas, e no mundo moderno, com sua preocupação com a sexualidade “verdadeira”, a escolha é muitas vezes altamente política. (WEEKS, 2000, p. 62)

Portanto, a identidade gênero ou sexual, é sem dúvida é um posicionamento político, por essa razão é perceptível que o contexto social influencia nas convivências dos sujeitos, bem como marginalizam pessoas que “transgridam” o que é denominado por normalidade. O normal é sempre compreendido com a heterossexualidade enquanto que todas as demais são fadados a serem compreendidos como os “diferentes”.

Então para se perceber como são percebido os “normais” e os “diferentes”, foi questionado: como você percebe a identidade sexual dos sujeitos na escola?

**D1:** Pelo modo de falar.

**D2:** Claramente percebo na fala.

**D3:** No modo de se vestir, gostos, modo de falar, se expressar, aparência, modos de andar.

**D4:** Pelo jeito de agir, como a pessoa se veste como fala, modo de andar, etc.

**D5:** Pelo modo que tratam as pessoas.

Conforme as respostas acima é perceptível que os discentes apresentaram características da aparência, aos estereótipos, essas questões podem ser um parâmetro efetivamente para conhecer a identidade sexual do outro? Por que essas questões devem ser sempre respondidas, por exemplo: Você é o que? Porque esta questão deve ter uma resposta se a identidade é uma questão dinâmica?

Para Loiola (2009) Nessa relação binária de gêneros e, concomitantemente, de sexos, cada um, na perspectiva de seu sexo genital tem um script social a seguir, mediante determinação social, mesmo dentro de determinadas arbitrariedades. Pois a legitimidade de tal padrão nos papéis sociais e sexuais passa pela institucionalização da normalidade dirigida pela igreja, pela família e pelo Estado.

Dentro da escola adentram saberes e representações tanto científicas como as que são forjadas no cotidiano. Desde criança aprendemos a nos comportar como sendo menino ou menina, até mesmo nesta ordem, como se o fato de ser masculino fosse superior ao feminino. Na educação infantil, considerando as práticas que são vivenciadas dentro do ambiente escolar, existe elementos





que delineiam essas questões de gênero e sexualidade como por exemplo cores, brinquedo, brincadeiras e comportamentos. Os professores ao estabelecerem posturas aceitáveis à meninos e meninas reprimem qualquer um que tente cruzar as fronteiras.

Essas configurações estabelecem uma espécie de perfil a homens e mulheres. Parafraseando Junqueira (2009) Os homens deveriam ser fortes, trabalhadores, capazes de sustentar sua família, interessados em futebol e outras atividades definidas como masculinas e, sobretudo, devem ser inflexíveis e insensíveis. Convém também que desde o início da adolescência comecem a ter experiências sexuais. As meninas vivenciam o contrário, devem manter-se virgem até o casamento, recebem bonecas desde pequenas para reforçar e ensina-lhes as práticas das vivências domésticas.

Para esta lógica tradicionalista que legitima estes perfis, talvez seja “pecado” ou “desnecessário” nos questionarmos: é possível romper com esta lógica? O que acontece com os indivíduos que não concordam com esta normativa e vivem de outra maneira no contexto da sexualidade? Qual a postura da escola diante dessas construções? Dentro da educação escuta-se muitos discursos como: “normal” e “diferente” para definir o corpo e o comportamento dos indivíduos.

A primeira definição esta relacionado a heterossexualidade, cabendo o caráter de “diferente” as demais identidades sexuais. Estes dilemas merecem uma atenção especial, sobretudo no que tange as reflexões pautadas no contexto da igualdade entre os indivíduos. Essas relações entre pessoas do mesmo sexo, muitas vezes são mal compreendidas, guiadas por vezes por argumentos religiosos e tradicionais, estes reprimem e legitimam a margem à todos que forjem ao padrão socialmente aceito no Brasil, neste caso a heterossexualidade.

Essas normativas invadem a escola, muitos acreditam que esta instituição é um “sistema educativo construído para a reprodução das concepções sociais” (GADOTTI, 2010, p. 73). Se socialmente os “diferentes” são caracterizados como marginais então nesta instituição não poderia ser diferente. Contudo, ainda de acordo com o mesmo autor e possível uma pedagogia libertadora, para isso, ele elenca como indispensável a necessidade de também reproduz as contradições da sociedade.

Mesmo reconhecendo que a escola indiscutivelmente reproduz os estigmas da sociedade, a ela cabe também autonomia de implantar em seu currículo políticas de intervenção, pois “[...] Não é uma organização que se aceita como definitiva e acabada. Ao contrário que continuamente se



pensa a si própria, na sua missão social e na sua estrutura.” (ALARÇÃO, 2001, P. 69). Diante do exposto, pretendemos implementar inúmeras reflexões sobre este contexto dos transgressores da heterossexualidade. Que fique claro, esta transgressão não apenas pela ruptura rebelde e imprudente, mas em prol de um posicionamento político, de uma vivência saudável da sexualidade, e que portanto, deve ser vivenciada distante da repressão, preconceito e discriminação.

As relações estabelecidas entre homo afetivos rumo ao protagonismo de suas identidades sexuais, estão imersas em inúmeros dilemas e preconceitos, boa parte dos sujeitos ainda compreendem como sendo legítimos comportamentos e expressões ligadas a heterossexualidade.

Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com iniciativas paliativas, restritivas, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. Ainda que se reconheça tudo isso, a atitude mais frequente é a desatenção ou a conformação (LOURO, 2009, p. 90).

Nesse sentido, Peter Fry e Edward MacRae (1995) creditam que os comportamentos provindos da orientação sexual diferentes da heterossexualidade, para alguns indivíduos são tidos como doença, pecado, falta de vergonha ou traumas. No entanto, no Brasil, um país que nasceu da interação de várias culturas, é lastimável reconhecer que existe práticas discriminatórias e excludentes aos sujeitos que se identificam como transgressores da norma heterossexual.

A insistência nesta perspectiva heteronormativa como sendo “normal” nos remete a refletir o perfil ideológico que por sua vez fortificar-se no machismo e na intolerância que reverbera sobre as construções e definições de gênero e sexualidade. Para Larraia (2002) O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim, produtos de uma herança cultural, ou seja, um resultado de uma determinada cultura.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a própria diversidade não pode ser caracterizada como maléfica, pois é possível que entre os “diferentes” haja a presença do diálogo, e trocas culturais. Na concepção de Candau (2008) hoje esta consciência do caráter homogeneizador e monocultural é cada vez mais forte como a consciência da necessidade de romper com esta e construir práticas que primem pelo multiculturalismo.





Considerando este contexto de diálogo entre os “diferentes” é válido ressaltar as compreensões de Louro (2000) é creditado que as formas de expressar os desejos e prazeres, também são sempre socialmente estabelecidas e coisificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade, bem como no âmbito da cultura e da história.

Em outro momento a mesma autora atribui a disparidade de identidade sexual como complementares.

É nesse contexto que surge o homossexual e a homossexualidade. Práticas afetivas e sexuais exercidas entre pessoas de mesmo sexo (que sempre existiram em todas as sociedades) ganham agora uma nova conotação. Não serão mais compreendidas, como eram até então, como um acidente, um pecado eventual, um erro ou uma falta a que qualquer um poderia incorrer, pelo menos potencialmente. Por certo, em muitas sociedades, aqueles que incorriam nessa falha mereciam ser punidos, e o perdão lhes era concedido a duras penas (quando era!). No entanto, agora tais práticas passam a ser compreendidas de um modo bem distinto. Entende-se que elas revelam uma verdade ocultado sujeito. O homossexual não era simplesmente um sujeito qualquer que caiu em pecado, ele se constituía num sujeito de outra espécie. Para este tipo de sujeito, haveria que inventar e pôr em execução toda uma sequência de ações: punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa. (LOURO, 2009, p. 88).

A muitos indivíduos na sociedade estão começando a aceitar que a questão homo afetiva sempre coexistiu necessita se emancipar e sair da margem e assumir-se como identidade, tão cidadãos quanto os heterossexuais. Apesar disso, na realidade, dentro da escola ou de qualquer outro espaço social, aos “diferentes” resta-lhes expressões e pressões sociais, psicológicas e a própria violência como estratégia punitiva aos transgressores.

Algumas vezes essas questões são tão profundamente evidenciada, que os não heterossexuais, passam por profundos momentos reflexivos, além de crises psicológicas, isso acontece principalmente quando a família não aceita a sexualidade e o gênero de um determinado sujeito, alguns para serem aceitos “aceitam” assumirem-se de outra forma, “A vergonha se torna como uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não portador dele” (GOFFMAN, 1988, p. 17). Aqui estamos diante de uma questão reveladora de violência, a discriminação contra homossexuais e as privações e negações que muitos passam, pelo fato de sentirem afeto por pessoas do mesmo sexo. Sobre estes, recai os dilemas que estigmatizam.



Em meio a essas questões, invadem as escolas meninas e meninos que acreditam nesta lógica que segrega. Para Louro (2009) Tais discursos e práticas carregados da autoridade da ciência, gozavam do estatuto de verdade e se confrontavam ou se combinavam com os discursos da igreja, da moral e da lei.

Em virtude disso, é cabível à escola repensar suas práticas, políticas educacionais e o próprio currículo, o fato de o educando se configurar como homo afetivo não necessariamente deve ser um fator decisivo para se legitimar a discrepância entre os alunos. Como percebido, não é fácil romper com a normativa, sobretudo na escola, mas possível como argumentou Alarção anteriormente. Para se entender o porque dessa dificuldade Ribeiro (1977) argumenta que a escola passa a ser uma ilha, uma sociedade fechada com ritmos e rituais próprios, diferentes daqueles que os alunos vive “lá fora”, dentro da escola ele não é mais uma criança ou um adolescente, ele é um aluno.

Nessa condição deve se comportar como a maioria, em outras palavras reproduzir os valores e padrões, sobretudo no que tange a sexualidade. É possível que na escola haja espaço para a diversidade de concepção no contexto da identidade sexual? Como proporcionar um diálogo na escola entre os “normais” e “diferentes”?

## **CONCLUSÕES**

A sexualidade de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs é compreendida com uma proposta a ser desenvolvida dentro da escola, esta deve perpassar todas as disciplinas e em distintos contextos se configurar em sala de aula. Considerando esta assertiva e o âmbito educacional, poderíamos refletir sem muito esforço que as discussões sobre a proposta acima elucidada não acontece com muita frequência e sobre os parâmetros da transversalidade. Muitas vezes essa proposta é compreendida como sendo desnecessária.

Apesar disso, não podemos negar que entram nas escolas sujeitos que vivem experiências sexuais em diferentes níveis de práticas deste alunos, professores, diretores, vigias, geladores e demais personagens que compõe o tecido escolar. Contudo, é não e visibilizado esses dilemas, sobretudo porque as representações sociais não legitimam a apropriação de tais questões na escola.





Nesta instituição de acordo com alguns pesquisadores reprodutivistas invariavelmente o que se vive dentro da escola é um reflexo dos conceitos conjugados na sociedade. Caso haja concordância com eles não se pode negar a autonomia da escola, uma capacidade de ruptura, uma pedagogia crítica, reflexiva e política, ou seja, uma educação distante da neutralidade que problematize as questões expostas acima.

No decorrer do texto foi exposto, uma abordagem analítica que contempla principalmente as relações entre heterossexuais e homossexuais no contexto da escola, se pensou na possibilidade de uma educação promotora de cidadania, igualdade e principalmente que discuta abertamente esses dilemas que reverberam e são “invisíveis” dentro da escola. Em suma, esta pesquisa é relevante porque consegue apresentar um novo olhar sobre as questões de normativa e os efeitos da transgressão dessa norma, no âmbito principalmente da escola.

## REFERÊNCIA

ALARÇÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Portal da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Casa Civil da Presidência da República do Brasil. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html)> acessado em: 05/ 05/ 2011.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Editora Rocco LTDA, Rio de Janeiro, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 43ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.



GADOTTI, Moacir, 1941 – **Pedagogia da práxis** / Moacir Gadotti; prefácio de Paulo Freire. – 5. Ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. LTC Editora, Rio de Janeiro, 1998.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LIBÂNEO, Carlos José. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOIOLA, Luís Palhano. **Sexualidade, gênero e diversidade sexual**. IN: COSTA, Adriano H. C.; JOCA, Alexandre M.; LOIOLA, Luís P. (Org.). *Desatando nós*: fundamentos para uma práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito ao reconhecimento de gays e lésbicas**. In: GOLIN, Célio; POCAHY, Fernando Altair e RIOS, Roger Raupp (Orgs.). *A Justiça e os direitos de gays e lésbicas: jurisprudência comentada*. Porto Alegre: Sulina/Nuances, 2003

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo educado pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e Homofobia**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

RIBEIRO, Silva. **O pensamento de Celestin Freinet**. Em busca de uma metodologia para a educação libertadora. Dissertação de mestrado em educação faculdade de educação PUC-SP. São Paulo, 1977.





**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

THIOLLENT, Michel. **Notas para o debate sobre pesquisa – ação.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante.** (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1999.